



GT: 2. Trabalho docente e História da Educação

APONTAMENTOS ACERCA DO TRIPLE: POLÍTICAS NEOLIBERAIS, ESTADO E FORMAÇÃO DOCENTE

Cicera Mônica Rodrigues da Silva¹

Davison da Silva Souza²

Cecília Rosa Lacerda³

RESUMO: O escrito que se apresenta tem como objetivo compreender como as políticas de cunho neoliberal se manifestam no campo da formação docente pós 1990 no Brasil. Para tanto, utilizamos a pesquisa qualitativa, tendo como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica (Gil, 2002), destacando como aporte teórico os (as) seguintes autores (as): Cóssio (2018); Anderson (1995); Andrade, Côrtes e Almeida (2021); Pureza e Rocha (2017); Costa, Souza e Cabral (2018); Molina e Rodrigues (2020). Por meio do estudo foi possível notar que o Estado e os Organismos Multinacionais buscam inserir cada vez mais reformas que dificultam uma docência humanizada e comprometida com a emancipação social.

PALAVRAS-CHAVE: Formação de professores (as). Neoliberalismo. Política Educacional.

PARA INÍCIO DE CONVERSA

A literatura acadêmica levantada nesse escrito aponta que a partir do ano de 1990, o Brasil se insere nos países que desenvolveram políticas nos ditames do capital mundial (Molina e Rodrigues, 2020), isto é, suas ações políticas, sociais, econômicas e educacionais se renderam ao neoliberalismo que se manifesta de forma cruel no que tange aos direitos dos (as) cidadãos ora invioláveis.

As políticas neoliberais estão imbuídas em praticamente todos os âmbitos da vida humana por meio da ação governamental, desse modo, a educação e consequentemente a formação docente não estão ilesas desses tentáculos. Poderemos ver nesse trabalho o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil e junto disso, o papel do estado nessa empreitada. Diante disso, o objetivo primordial é

¹ Historiadora e educanda do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE-UECE), bolsista de fomento a pesquisa da FUNCAP, e-mail: cicera.monica@aluno.uece.br

² Pedagogo e educando do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE-UECE), bolsista de fomento a pesquisa da FUNCAP. e-mail: davison.souza@aluno.uece.br.

³ Professora Adjunta da Universidade Estadual do Ceará – UECE/FEFLESC, cecilia.lacerda@uece.br.



compreender como as políticas de cunho neoliberal se manifestam no campo da formação docente pós 1990 no Brasil. As discussões desse escrito surgiram por meio do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), nas reflexões tecidas na disciplina de “Estado, Sociedade e Educação”.

A pesquisa de natureza qualitativa, está amparada no levantamento bibliográfico (Gil, 2002) e tem como aporte teórico os (as) seguintes autores (as): Cossio (2018); Anderson (1995); Andrade, Côrtes e Almeida (2021); Pureza e Rocha (2017); Costa, Souza e Cabral (2018); Molina e Rodrigues (2020), ambos(as) estudiosos(as) citados(as) colaboraram com seus textos nas dimensões de duas categorias sistematizadas: “políticas neoliberais” e “formação docente”.

LIBERDADE PARA QUEM? NEOLIBERALISMO NA AGENDA BRASILEIRA

De início, buscamos compreender o que é o neoliberalismo e como ele se apresenta no Brasil. Na perspectiva de Andrade, Côrtes e Almeida (2021, p. 1), o neoliberalismo é “[...] uma construção política da sociedade conforme o modelo de mercado [...]” Corroborando com esse pensamento Pureza e Rocha (2017); Costa, Silva e Cabral (2018), enfatizam que esse modelo preza pela competitividade, redução de investimentos no meio social, desmonte dos setores públicos, pouca participação do estado na economia, dentre outras medidas necrófilas.

Entretanto, essas ações são realizadas por meio do Estado, para Molina e Rodrigues (2020, p. 42) o estado é entendido sob duas concepções: liberal e marxista; na primeira, o estado é “[...] compreendido como uma entidade neutra em relação a organização da vida social”. Na segunda, o Estado age “[...] para a preservação dos interesses das classes dominantes e para a reprodução do capital”. Na tentativa de enriquecer a discussão, retomamos as reflexões de Andrade, Côrtes e Almeida (2021) conforme expresso a seguir.

Para os autores, o Estado se configura como um espaço de acirrar a competitividade e atrair novos investimentos do mercado (capital). Com essas primeiras exposições cabe lançar a seguinte pergunta: como essa política neoliberal adentra os setores sociais do Brasil, principalmente a formação de professores(as)?

De acordo com Molina e Rodrigues (2020) as políticas neoliberais são mais visíveis no Brasil a partir do governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992), na perspectiva desses autores, o ex-presidente buscou modernizar a economia e abrir o mercado para empresas estrangeiras. Logo após esse governo que durou dois anos, temos o de Itamar Franco (1992-1995) e o de Fernando Henrique



Cardoso (1995-2003). Ainda na ótica dos autores citados, a política adotada por Fernando Henrique Cardoso “[...] pode ser considerada um desastre para a massa trabalhadora do Brasil, justamente por não assegurar os direitos sociais a toda população, mas por atender aos interesses da grande burguesia” (Molina e Rodrigues, 2020, p. 50).

Por meio dessa reflexão podemos observar que a principal medida é justamente reduzir os investimentos nos âmbitos sociais, como: saúde, educação, formação de profissionais da educação, direitos trabalhistas e previdenciários, que são características do neoliberalismo. Com as ações de cunho neoliberal e toda a complexificação do capitalismo temos uma sociedade altamente desigual, na qual as riquezas são concentradas nas mãos de poucos e muitos vivem na miséria.

Outra questão que precisa ser discutida é a criação da constituição de 1988 (está inserida na temporalidade demarcada), no estudo de Molina e Rodrigues (2020), os autores dizem que tal feito é um grande paradoxo, pois ao mesmo tempo em que se elenca direitos básicos aos(as) sujeitos(as) como: educação e saúde gratuita e de qualidade, é também violado. Portanto, os direitos sistematizados na constituição não chegam para toda a população brasileira, comprometendo uma vida digna para todos e todas.

Nesse processo de historicização é interessante se debruçar nos primeiros governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011). Lula foi eleito presidente do Brasil por meio de um processo democrático, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), é importante ressaltar que ele emerge da classe trabalhadora, começou a trabalhar muito cedo aos 14 anos, durante sua vida profissional foi metalúrgico, foi presidente de sindicato⁴ e representava um perigo para as camadas mais conservadoras.

Acerca do governo do presidente Lula, Molina e Rodrigues (2020, p. 51), destacam que “[...] esperava-se uma modificação radical em sua forma de administrar o Brasil. Entretanto, deu continuidade às reformas estruturais do governo anterior”. Nesse sentido, podemos observar que a chegada ao poder de um candidato vinculado ao PT não modificou radicalmente as estruturas em que o país estava sendo desenvolvido.

Por meio do exposto, nota-se que os governos que se seguiram após 1990 desenvolveram ações nos ditames neoliberais, mesmo aqueles de caráter mais “popular” tentam harmonizar essa

⁴ Informações acerca da biografia do presidente Lula pode ser acessada através desse link: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>. Acesso em: 29 de dez. de 2023.



relação entre o Estado e o neoliberalismo. Desse modo, acreditamos que as políticas neoliberais alcançam com seus tentáculos os âmbitos sociais, como a educação e formação de professores(as) para um determinado projeto social por intermédio também do Estado. No que concerne a essa afirmação Cossio (2018, p. 69) assinala que as políticas públicas na educação têm “[...] ênfase por resultados; currículos e práticas pedagógicas homogêneas (atual Base Nacional Comum Curricular) e condicionadas às avaliações em larga escala [...]”.

Dessa forma podemos verificar que essas políticas adentraram o espaço da formação de professores e sua atuação na Educação Básica e no Ensino Superior. Observa-se cada vez mais a cobrança por uma gestão de resultados no dia a dia nas escolas públicas (e privadas), a homogeneização de um currículo oficial e consequentemente das práticas docentes. No tocante a figura do professorado nessas políticas neoliberais, Costa, Souza e Cabral (2018) apontam que o (a) professor (a) ganha um papel crucial na implantação da hegemonia capitalista e na manutenção do *status quo*.

A partir de 2019 muito se presenciou às entidades educacionais, pesquisadores e profissionais da educação em luta constante contra as Diretrizes Nacionais de Formação Inicial e Continuada de professores e a Base Nacional Comum Curricular, as reformas são exemplificações do neoliberalismo na Educação brasileira que afetam tanto a formação quanto a atuação de tais sujeitos (as). Ademais, a resistência e a luta incansável dos profissionais da educação mostram que nem tudo está perdido e temos que “esperançar”.

Outro ponto que necessita realce no trecho anterior é a ação dos Organismos Multinacionais (OM), como o Banco Mundial (BM) e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). No estudo de Costa, Souza e Cabral (2018) é posto que tais órgãos têm como pauta em suas agendas a melhoria da educação por meio da formação de professores, porém não dando proeminência a condição de trabalho, plano de carreira, salários e direitos de forma geral. Nesse sentido, é possível notar a presença das concepções de educação e profissional que se quer constituir por meio das reformas a partir de 1990.

ANÚNCIO DO DIÁLOGO FINAL

O estudo buscou compreender como as políticas de cunho neoliberal se manifestam no campo da formação docente pós 1990 no Brasil, fazendo uso da pesquisa bibliográfica. Inicialmente notou-se que o neoliberalismo é um sistema que visa diminuir cada vez mais os investimentos e políticas



públicas eficazes em áreas sociais, como: a educação e saúde que possam chegar para o maior número de pessoas que compõem a classe trabalhadora no Brasil. Desse modo, o modelo aludido pode ser considerado perverso no que concerne à constituição de vidas dignas das populações que necessitam de políticas sociais.

Por meio da investigação foi possível constatar que as políticas de cunho neoliberal se expressam na formação docente por meio de ações que visam controlar o trabalho docente e fazer desses profissionais ferramentas cruciais para a manutenção do *status quo*. Nesse sentido, evidenciamos que reformas como a Base Nacional Comum Curricular e as Diretrizes de Formação Inicial e Continuada são exemplificações ímpares para ilustrar esses empreendimentos, pois buscam formar profissionais sem reflexões sobre a condição do trabalho, remunerações e planos de carreiras.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Daniel Pereira.; CÔRTEZ, Mariana.; ALMEIDA, Silvio. Neoliberalismo autoritário no Brasil. **Caderno CRH**. Salvador, v. 34, p. 1-25, 2021.

ANDERSON, Perry. **Balanco do neoliberalismo**. In: SADER, Emir e GENTILI, Plabo (orgs.) *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23.

BRASIL. Biblioteca presidencial. **Biografia**. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/biografia-periodo-presidencial>. Acesso em: 29 de dez. de 2023.

COSTA, Maria da Conceição dos Santos.; SOUZA, Michele Borges de.; CABRAL, Maria da Conceição Rosa. A epistemologia da formação de professores materializada por meio dos organismos multinacionais. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**. Araraquara, v. esp., n. 3, p. 2041-2053, dez., 2018.

CÓSSIO, Maria de Fátima. A nova gestão pública: alguns impactos nas políticas educacionais e na formação de professores. **Educação**. Porto Alegre (RS), v. 41, n. 1, p. 66-73, jan./abr./2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

MOLINA, Adão Aparecido.; RODRIGUES, Adriana Aparecida. Estado, políticas públicas e formação docente no Brasil: direcionamentos a partir do início do século XXI. **Ensino Em Revista**. Uberlândia (MG), v. 27, n. 1, p. 40-67, jan./abr./2020.

PUREZA, Marcelo Gaudêncio Brito.; ROCHA, Genylton Odilon Rêgo da. A formação de professores em tempos de fábulas neoliberais. **Revista Confronteiras**. Marabá (PA), ano 1, n. 1, 204-220, abr., 2017.